

# Situando a Sociologia Política

*Elisa Reis*

Entrevista

---

**Elisa Reis** é professora de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutora em Ciência Política pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT/EUA). Coordena o Núcleo Interdisciplinar de Estudo sobre Desigualdade (NIED) apoiado pelo PRONEX/CNPq. Considerada um dos principais nomes da Sociologia Política no Brasil, membro atuante nas associações internacionais de Sociologia e Ciência Política, ela fala da trajetória da Sociologia Política e da contribuição de autores clássicos e contemporâneos para a conformação deste campo disciplinar. Discute ainda, dentre outras questões, a centralidade do Estado-Nação como objeto de investigação da Sociologia Política, o retorno da idéia de cidadania como horizonte atual da utopia e as armadilhas que podem tornar a reivindicação do direito à diferença numa produção de mais desigualdade social pelo reforço de privilégios. A entrevista foi realizada pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Ilse Scherer-Warren, Tamara Benakouche e Ricardo Silva, com a colaboração da doutoranda do mesmo programa, Kelly Prudencio, na sua edição.

---

**P&S** – *Em primeiro lugar gostaríamos que você fizesse uma rápida descrição sobre a sua trajetória em relação à Sociologia Política. Por que o nome de Elisa Reis é por muitos associado à Sociologia Política?*

**E. R.** – Isso começa no meu curso de graduação. Fui da última turma do curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Era um curso que funcionava na Faculdade de Ciências Econômicas, paralelamente ao curso de Ciências Sociais. Nós, inclusive, nos víamos como muito diferentes dos alunos de Ciências Sociais. Nós éramos alunos de Sociologia e Política. En-

trei na Faculdade em 1964, logo depois do golpe; foi a última turma antes da fusão dos cursos na Faculdade de Filosofia e não mais na de Ciências Econômicas. O curso de Sociologia e Política tinha uma aura. A influência da Economia era muito forte, por isso nós tínhamos um perfil diferente do pessoal de Ciências Sociais. Talvez eu possa dizer que o curso era um pouco de Economia Política, que é semelhante ao que é a Sociologia Política americana. Tínhamos Economia, Planejamento Econômico, História Econômica; isso tudo dava uma perspectiva, em termos convencionais, até pouco sociológica. Fui aluna da primeira geração de cientistas políticos em Minas, porque a Fundação Ford estava começando a entrar no financiamento da pesquisa e pós-graduação em Ciência Política no Brasil e fui treinada por alguns dos primeiros professores que fizeram parte desse projeto, como Fábio Wanderley Reis, Simon Schwartzman, pessoas que já se viam também como cientistas políticos, e não só como sociólogos. Ao mesmo tempo, a gente tinha toda a velha tradição da Sociologia; então, essa junção contribuiu para a minha formação. Depois que terminei a graduação, fui para o Chile. Lá, a idéia de estudar Sociologia era como estudar a Política também. E há ainda alguns acasos. Por exemplo, na volta ao Rio de Janeiro, eu já tinha feito pós-graduação no Chile, mas não era um mestrado, porque lá não havia um programa estrito senso de mestrado e doutorado. Então fui fazer o mestrado no Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (IUPERJ). Eu procurava um mestrado em Sociologia, mas só existia o de Política naquele momento. Acabei na Política. Mais tarde, quando saí para o doutorado no MIT, conjugando escolhas do meu marido com as minhas, lá também só havia Ciência Política. Eu me via como socióloga, mas as oportunidades que iam aparecendo eram quase sempre na Política como disciplina nascente no Brasil naquele momento. Acabei então percorrendo essa trajetória. Na minha geração, várias pessoas têm esse perfil ainda; até porque a Ciência Política era nova, ela tinha muito mais contaminação com a Sociologia. Hoje, é muito mais difícil encontrar alunos com um perfil que combine Ciência Política e Sociologia. Se um aluno hoje quiser abordar os aspectos sociais da política, ele tem que fazer Sociologia mesmo, porque a Ciência Política já é muito mais institucionalizada. Mas

na minha geração a coisa ainda estava muito misturada. E eu gostava da mistura.

**P&S** – *Você disse que se via como socióloga. Por quê?*

**E. R.** – Acho que a visão de Sociologia que tínhamos naquela época era mais abrangente. A Ciência Política, como disciplina sistemática, era algo novo no Brasil, e o que existia até então era muito jurídico, muito próximo da Faculdade de Direito. Já existia, por exemplo, a *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, que é, na área, a mais antiga do Brasil, editada, justamente, pela Faculdade de Direito. Porém, não nos identificávamos com aquele tipo de produção. Éramos sociólogos.

**P&S** – *E quais são as principais influências que marcaram a sua trajetória teórica?*

**E. R.** – Acho que, como todo mundo, também sou filha de Marx, Durkheim e Weber. Mas este último, sobretudo, teve um peso muito forte na minha formação. Dos clássicos, acho que Weber foi o que mais me atraiu, tanto na graduação quanto no Chile, onde isso foi reforçado. Todos éramos marxistas, isso nem precisa explicar; mas Weber nos dava uma perspectiva um pouco mais dinâmica, porque ser marxista era uma coisa um pouco pesada. Era preciso saber se Marx estava certo ou errado, qual era o verdadeiro Marx... Weber abria uma porta para descobrir coisas. Pela perspectiva mais histórica e mais analítica, pelo menos me sentia mais livre para usar Weber e tentar descobrir alguma coisa, enquanto na perspectiva marxista era sempre uma preocupação saber se nossa descoberta se enquadrava no arcabouço teórico. Então, essa liberdade que a perspectiva weberiana abria me fascinava muito. Se na graduação isso foi muito marcante, no Chile ficou ainda mais reforçado. Mas, ao mesmo tempo, fui muito influenciada pela Sociologia contemporânea de Parsons, Merton, e pelos próprios cientistas políticos do momento, como Easton, Almond, toda essa gente. Li esses autores muito cedo por causa daqueles professores mineiros que tinham sido treinados no Chile e nos Estados Unidos. Mais tarde, acho que a influência mais permanente na minha formação de Sociologia Política foram os

“macro-históricos”, sobretudo Barrington Moore e Bendix. Não fui aluna do Bendix, não o conheci, mas talvez tenha sido a pessoa que mais influenciou minha trajetória, com quem mais me identifiquei. Com o Barrington Moore tive algum contato, frequentei um curso dele em Harvard. Minha orientadora foi Suzanne Berger, uma cientista política também de formação macro-histórica, especialista em *Political Economy*, que era o termo mais usual naquele contexto acadêmico. Ela tinha estudado em Harvard e trabalhava com Europa Ocidental, não era brasilianista nem latino-americanista. Certas influências brasileiras também são muito fortes, especialmente duas: Fábio Wanderley Reis e Simon Schwartzman. O primeiro na graduação e o segundo no mestrado, no qual foi meu orientador. Eu era também sua assistente de pesquisa na Fundação Getúlio Vargas.

**P&S** – *Seria possível considerar a existência de uma tradição da Sociologia Política? Sempre há conflito de interpretação em torno disso, uma disputa em torno da constituição de uma tradição em qualquer disciplina. Considerando inclusive a literatura internacional, onde você localizaria as raízes e os autores clássicos dessa perspectiva disciplinar?*

**E. R.** – Você sempre pode procurar raízes muito antigas. Do ponto de vista moderno, no sentido muito amplo, Marx e Weber são as referências mais imediatas. Ambos tinham uma visão politizada da vida em sociedade. Do ponto de vista disciplinar, é mais fácil identificar isso em Weber, porque ele centraliza sua visão do mundo em torno do poder político. Marx tem isso também, mas se você for avaliar o que é uma variável independente em Marx, não é a política, é a economia, enquanto em Weber é a política. O eixo que organiza o pensamento deste é o poder político. Ele é disciplinarmente mais fácil de ser identificado como o pai. E claro que você pode acrescentar outros autores; por exemplo, considero Durkheim como parte dessa tradição. Mas este deve ser recuperado, ele não é naturalmente identificado como sociólogo político, porque a preocupação dele como “engenheiro social” é tão grande que ele a isola de outras disciplinas. Na verdade, a Sociologia dele, sendo uma engenharia social, tem um componente normativo que é muito próximo da Sociologia Política.

**P&S** – *Weber já era suficientemente conhecido aqui no Brasil nos anos 60? Quais eram os grandes porta-vozes de Weber nesse período?*

**E. R.** – O principal divulgador de Weber no Brasil era Raymundo Faoro, que o aplicou mais canonicamente. Acho até que às vezes canônico demais. A primeira referência que tive foi Faoro; foi a primeira vez que vi alguém usar Weber. Em Minas Gerais, a gente o lia para fazer o vestibular, então é uma influência weberiana bem precoce. E acho que é porque havia professores no secundário que eram alunos ou recém-graduados em Ciências Sociais, então a gente já lia Faoro e Vitor Nunes Leal, por exemplo, que é outro que é um precursor da Sociologia Política no Brasil. São os dois nomes. De novo, você pode encontrar isso em autores mais antigos, como Alberto Torres, por exemplo. Desde a virada do século existem pessoas que podem ser identificadas, mas esses são intérpretes difíceis de serem catalogados disciplinarmente. Eu estou colocando o Faoro já com um certo cuidado, porque ele é um jurista; daí o uso muito formalista de Weber que ele faz, mas foi o principal. Na geração mais recente, que eu tenha contato, era o Simon Schwartzman. Weber nunca chega a ter discípulos, diferentemente de Marx. Por definição, Weber é analítico demais para ter escola. A escola dele é a possibilidade de usar qualquer perspectiva, desde que você seja consistente e coerente com ela. Então, você tem veios weberianos muito diversificados. Acho que até existe pouco uso de Weber hermenêutico no Brasil. Você encontra tradições weberianas muito fortes em alguns departamentos europeus e americanos, que usam Weber numa perspectiva hermenêutica e muito menos politizada. No Brasil, não sei bem por que, a tradição weberiana mais explícita é a da Sociologia Política. Eu dato a Sociologia contemporânea brasileira dos anos 60 para cá. Dessa época, acho que é inegável a contribuição de Fernando Henrique Cardoso e de seu co-autor Enzo Faletto, com a teoria da dependência. A maneira que li a teoria da dependência é essencialmente weberiana. Ela era marxista, como assinalam alguns, mas o que tem de fértil e efeito multiplicador na teoria, que durante quinze ou vinte anos foi uma espécie de paradigma na América Latina, é exatamente ter aberto uma perspectiva histórico-analítica. A própria idéia de tipologias já é uma

idéia de caminhos válidos possíveis, mais historicidade e menos filosofia da história.

**P&S** – *E Florestan Fernandes?*

**E. R.** – Sei que Florestan Fernandes tem essa importância, mas tenho dificuldade de assimilar isso, porque na minha formação ele não é uma presença forte. Isso é quase uma heresia. Acho que porque Minas talvez estivesse um pouco à margem do eixo Rio-São Paulo. Então li Florestan muito mais tarde e tenho dificuldade de situá-lo dentro dessa visão. Mais tarde o li e descobri que era um autor muito estimulante, mas tenho dificuldade de percebê-lo de uma forma mais organizada. Não sei muito bem onde enquadrar Florestan Fernandes.

**P&S** – *Então existia de fato uma oposição ou diferença dentro da academia no início da institucionalização da Sociologia Política? Havia de fato duas escolas, duas tendências aqui no Brasil e daí essa dificuldade?*

**E. R.** – Não sei o quanto disso é de fato verdadeiro ou quanto é um jogo de construção de identidade acadêmica e intelectual. Minas é o vértice esquecido desse triângulo. Lembro que na graduação era importante ler autores tanto do Rio como de São Paulo.

**P&S** – *Havia um filtro próprio para receber essas influências?*

**E. R.** – É... Não era uma coisa deliberada, nem arrogância. Talvez porque éramos província, era necessário ler coisas dos dois lados.

**P&S** – *A questão sobre as origens da Sociologia Política foi esclarecida. Mas a gente se depara com afirmações, por exemplo, de Raymond Aron, que aponta Aristóteles como o primeiro sociólogo da Política, não tanto pela consciência disciplinar, mas pela intenção de realizar um estudo científico, até de certo modo empírico.*

**E. R.** – Aron é um sociólogo da política. A leitura política de Weber deve muito à interpretação de Aron. Outros autores não têm essa mesma leitura. Aron leu Weber como um sociólogo da política. Fui muito influenciada por essa leitura, porque,

por exemplo, “As etapas do pensamento sociológico” era a Bíblia do momento.

**P&S** – *Quais foram os grandes temas da Sociologia Política no decorrer do século XX?*

**E. R.** – No século XX, a Sociologia Política teve algumas questões bastante constitutivas; por exemplo, o tema da formação dos Estados nacionais. É claro que na segunda metade do século isso foi mais explícito, mas o Estado nacional é o grande objeto da Sociologia Política. Esse conceito organiza a história da Europa e projeta a história do Terceiro Mundo. A idéia de constituição dos Estados nacionais, de como se estruturou a sociedade européia, depois se projeta no tema do desenvolvimento que, na Sociologia Política, é entendido como processo de construção do Estado nacional. Porque é esse tema e não outro? Analiticamente, ele é relevante porque conjuga uma dimensão de solidariedade, que é a nação, e uma dimensão de autoridade, que é o Estado, que é exatamente o que é constitutivo, o típico da Sociologia Política: tentar ver a articulação entre solidariedade, uma temática mais sociológica, com autoridade, uma temática mais política. Subsidiado nisso, há outros temas. Por exemplo, o conceito de cidadania. Esse é um conceito curioso, porque às vezes ele desaparece e décadas depois renasce vigoroso. Esse sim, posso colocar lá na Grécia. Na Sociologia Política, ele aparece muito mais tarde, basicamente numa conferência famosa de Marshall, de 1949, publicada em 1950, em que ele trata de uma outra forma a mesma problemática de solidariedade e autoridade, porque através dela você tem a questão da inclusão e da legitimidade resolvida. Também, ao mesmo tempo em que se narrava a história européia a partir do conceito de cidadania, projetava-se o futuro do Terceiro Mundo através da extensão de uma noção de cidadania. Isso tudo mostra que a disciplina é muito eurocêntrica; inclusive acho que a ciência moderna, em geral, é eurocêntrica. Cidadania, no Brasil, era um conceito muito mal visto até pouco tempo atrás.

**P&S – Por quê?**

E. R. – Como a Ciência Social era muito politizada, a cidadania era percebida como um conceito liberal e formalista. Uma própria leitura do Marx facilitava isso. Na “Questão Judaica”, ele fala que cidadania é uma forma burguesa de incluir sem incluir pessoas. Isso dava a entender que ela tinha algo a ver com a democracia formal e nós, no contexto brasileiro, estávamos querendo uma democracia substantiva. Então era um tema, um conceito que praticamente não se usava. Depois, por razões diversas, na dinâmica interna brasileira, muito em função da experiência da ditadura militar, nós redimimos o conceito de cidadania. Acho que 21 anos de autoritarismo mostraram na prática a relevância dos direitos formais. Quer dizer, ter ou não ter *habeas corpus* faz uma diferença imensa... Então isso valorizou o conceito de cidadania no Brasil. Internacionalmente também é assim, um conceito às vezes cai em desuso e depois é recuperado. O conceito de cidadania hoje incorpora uma dimensão dinâmica e progressiva e que de certa forma substitui as utopias anteriores. Ao invés de pensar agora em utopias globais, totalizantes, nós tendemos, de uma forma liberal ou neoliberal, se quiserem, a pensar na cidadania como um elemento emancipador. Tendo caído em desuso a idéia de revolução, de projeto revolucionário, pelo menos nessa conjuntura mundial, cidadania substitui a noção dinâmica, apontando para um futuro, quer dizer, alguma coisa ainda iluminista estaria presente no conceito de cidadania.

**P&S –** *No século XX, o tema central foi o Estado-nação, mas em que medida, nos dias de hoje, esse objeto da Sociologia Política ainda é interessante e relevante para nortear os estudos nesta disciplina, considerando as últimas décadas de uma elaboração discursiva proveniente de influências mais liberais ou neoliberais sobre a perda da eficácia do Estado-nação?*

E. R. – Na Sociologia do século XX, não há dúvida que Estado nacional é pré-conceito aglutinador. Ele é sinônimo de sociedade. Toda vez que se fala em sociedade sem qualificá-la, se pensa em Estado nacional. Nas últimas décadas do século, já tem muita gente falando do declínio do Estado nacional. Discordo um pou-



co dessa visão. Não é que eu ache que ele continue no mesmo lugar. Para mim, o grande desafio da Sociologia Política é entender o que está acontecendo com o Estado nacional, qual a nova cara dele e suas novas funções. Porque se é verdade que não tem mais a mesma esfera de atuação e de influência que tinha antes, ele continua vital e pouco estudado. As pessoas têm pouca noção da importância de se estudar o que está mudando na atuação do Estado. Este é um tema que tem me fascinado e que estou rodeando e tentando encontrar uma maneira de estudar, especialmente como se dá a articulação entre solidariedade e autoridade. No momento atual, da forma como essas duas noções estavam casadas, não é possível esperar muita coisa. Alteraram-se os termos de convivência entre autoridade e solidariedade. Mas o que surgiu no lugar? Interação do Estado com o mercado? Isso mudou muito. No caso do Terceiro Mundo, se antes a gente pensava no Estado não só como organizador do mercado, mas como um ator econômico ele mesmo, hoje isso não faz sentido. Desenvolvimentismo é um termo que está caindo em desuso. É muito mais usado na política pública prática do que na academia. Mas isso não quer dizer que o Estado deixa de ser um agente regulador do mercado; se ele fizer isso, o mercado implode. O interessante é estudar de que maneira essa função reguladora do mercado está sendo transformada. Isso é importante não só do ponto de vista intelectual, mas também é um problema empírico da maior relevância. A face mais nova do Estado é a agência de regulação. Nós temos pouco conhecimento sociológico sobre isso e pouca formação de quadros para isso. As agências regulatórias no Brasil precisam de gente, de mão-de-obra. Existem pessoas formadas em outras áreas que estão improvisando, mas sem experiência. A academia não pode pensar apenas em problemas cognitivos, é preciso pensar como está formando pessoas e para quê. Esse aspecto novo do Estado nacional, as novas maneiras de regular o mercado não estão claras. E aí entram muitas coisas. Por exemplo, pensar que o Estado tem que regular a provisão de bens públicos é uma coisa complicada porque ele não é mais o produtor desses bens públicos. Bem público é quase sinônimo de bens de cidadania. De novo é preciso juntar solidariedade e autoridade. O Estado tem de alguma forma que assegurar a produção

do bem público, mas como assegurá-la se quem produz o bem público tem como critério organizador o lucro? O dilema está reposto em novos termos e nós temos que tentar resolvê-lo de alguma forma.

**P&S** – *Você está afirmando que, além das funções regulatórias do Estado relativas ao mercado, continua sendo uma função importante do Estado nacional a garantia dos direitos de cidadania?*

**E. R.** – Acho que sim. Sei que tem muita gente falando em cidadania mundial. Isso é muito interessante, uma bela utopia. Não estou falando só esteticamente, acho que as utopias fazem falta para pensar uma série de coisas. Mas quem pode ser cidadão do mundo? É uma coisa muito complicada. Lembro-me de ter participado de uma discussão em que Brian Turner, cujo trabalho aprecio muito, sustentava que o cidadão mundial é uma pessoa que frequenta *halls* de grandes aeroportos internacionais, consome produtos globalizados, etc. Meu desconforto com essa noção decorre do fato que o *hall* do aeroporto é excludente, certamente ali não cabe toda a humanidade.

**P&S** – *Você falou de cidadania do ponto de vista do Estado. E do ponto de vista da esfera que é chamada sociedade civil?*

**E. R.** – A relação Estado e sociedade civil é um outro tema a recuperar, a redimir. Aí também há muita variação em relação ao século XX. Basicamente, as novas formas de interação entre Estado e sociedade civil expressam uma coisa que é pouco ressaltada, que é a crise de representação. A gente acha que está descobrindo a pólvora quando fala de sociedade civil, mas tenho a impressão que lá no século XIX houve um momento em que a coisa era muito parecida. Quando se criaram os partidos políticos, por exemplo, eles foram o equivalente ao que são hoje os movimentos sociais. É uma questão só de novos limites da representação. O próprio esgotamento do Estado nacional aponta durkheimianamente para um fenômeno de integração social mais amplo, mas os mecanismos de regulamentação se mostram acanhados. A representação sempre é uma simplificação das coisas. Mas há momentos em que a forma vigente de representação se torna

mais insatisfatória. Então surgem novas demandas por inclusão, por participação, por representação, e isso se traduz em mecanismos novos. Acho que tudo que a gente vê hoje – sociedade civil, terceiro setor, ONGs – é expressão da inquietação com a forma vigente de participação e representação. A tendência é acomodar isso em novos patamares, mas não quer dizer que vamos chegar à fórmula ideal de representação com participação. Cidadania, reconhecimento da diferença, inclusão de novas formas de organização expressam funções que lá no começo do Estado nacional, os partidos, os sindicatos, as formas clássicas de inclusão das pessoas, realizavam em alguma medida. É diferente, é mais complexo, mas não é uma ruptura. Pensar em termos de trajetória multissecular é quase uma tendência evolutiva. Mas, não se trata de uma evolução progressiva, há inovações.

**P&S** – *Qual é de fato a diferença entre os enfoques da Sociologia Política e da Ciência Política sobre a política, enquanto objeto, se é possível fazer essa distinção?*

**E. R.** – Eu não diria que há uma diferença substantiva, porque a maneira como vejo a questão é analítica. Então só posso dizer como a disciplina Ciência Política e como a especialização Sociologia Política tendem a organizar o campo. Há sempre o caso de pessoas que juntam as duas perspectivas. A Ciência Política hoje tem alguns paradigmas muito claros. Um deles é o institucionalismo ou neo-institucionalismo. Nele, há uma preocupação com engenharia política, como se constroem as instituições de modo que elas sejam virtuosas, eficientes, etc. Essa é uma linha interessante, porque ao mesmo tempo em que ela parece muito técnica, ela é muito normativa também. A eficiência e a técnica são percebidas como virtuosas. Na verdade, desenhar a instituição correta ou desenhar a instituição mais capaz de assegurar a democracia são a mesma coisa. É muito curioso ver como elas juntam a perspectiva normativa com a tecnocrática. De qualquer forma, o fato é que os interesses sociais estão relegados ao segundo plano. Claro que para desenhar uma instituição eficiente você tem que pensar em como ela acomoda os interesses. Mas os interesses não são o foco. Na Sociologia Política, seriam. Você tem que par-

tir dos interesses reais e ver como eles afetam o resultado. A outra tendência muito forte na Ciência Política é a perspectiva da escolha racional. Aí você poderia ver um ponto de contato com a Sociologia Política, porque ela está centrada em interesses. Mas só que os interesses da escolha racional são formalizados. Por isso, ela é uma perspectiva que despreza a história. Por isso, as análises dessa perspectiva são traduzidas em jogos. Os jogos são sempre os mesmos seja no Brasil ou no Afeganistão. E os interesses dos atores, claro que são divergentes, mas a historicidade do interesse não interessa a ela, ela formaliza interesses em situações de disputa. Aqui há uma outra diferença: a história é vital para a Sociologia Política e menos importante para a Ciência Política de corte racionalista.

*P&S – Que outros campos disciplinares têm um diálogo importante para a constituição da perspectiva da Sociologia Política?*

**E. R.** – Sempre há lugar para outras disciplinas, mas depende muito do objeto. Se você está analisando a nova cara do Estado como agente regulador, por exemplo, você não pode ignorar a Economia. Você tem que entender um mínimo da dinâmica do mercado. Lamento muito que a Sociologia e a Ciência Política estejam tão distantes da Economia. Se você trabalha com outras temáticas, por exemplo, cultura política, é claro que a Antropologia pode ajudar muito. Ou se você pensa na globalização em termos mais canônicos, como ampliação de fronteiras, etc., a Geografia é fundamental. E aí acho que há um dos aspectos mais negligenciados pelas Ciências Sociais. A gente de fato ignora a contribuição que a Geografia pode dar num momento como este. Então, depende muito de qual tema você está trabalhando para ver de onde vem essa colaboração interdisciplinar mais importante. Mas é interessante observar que toda vez que você tem colaboração interdisciplinar bem-sucedida e duradoura, ela gera uma nova disciplina. Não tem jeito. De certa forma, é o que a Sociologia Política está almejando, criar uma coisa própria.

**P&S** – Há um debate, na teoria do Estado, entre uma vertente neomarxista de análise, que foi vigorosa nos anos 70 e 80, que envolve Poulantzas, Offe, Miliband, e outra, qualificada como neo-institucionalista, que emerge em meados dos anos 80. Os neo-institucionalistas dirigem sua crítica aos neomarxistas por realizarem uma análise do Estado “centrada na sociedade”. Parece-nos uma crítica ao próprio enfoque da Sociologia Política, ou seja, a análise societalista retiraria a autonomia do Estado como instituição com bases próprias de poder. Os neo-institucionalistas partem de Weber, para quem o Estado é detentor do monopólio da violência legítima, e é isso o que faz dele uma instituição especial. Por outro lado, há, entre os neo-institucionalistas, aqueles que escapam dessa visão formalista da engenharia institucional porque incorporam a dimensão histórica. Os casos de Theda Skocpol e Charles Tilly são exemplares. Seria possível ler nesse debate a clarificação da diferença entre Ciência Política e Sociologia Política, atribuindo, por exemplo, à abordagem neomarxista um enfoque mais socio-político e à abordagem neo-institucionalista um enfoque mais próprio da Ciência Política?

**E. R.** – Esse problema deve ser contextualizado. Quando Skocpol e Tilly começaram esse movimento, estavam reagindo ao economicismo do neomarxismo. Eles criticavam em Poulantzas a idéia segundo a qual a autonomia se dá em última instância. O que Miliband e Poulantzas de certa forma falam é que é possível ver empiricamente como os interesses econômicos acabam representados no Estado. Pessoas como Tilly e Skocpol chamavam a atenção para o fato que parece que todo Estado é um pouco bonapartista. Aquilo que a gente considerava como caso anômalo – a autonomia relativa do Estado – não era anômalo. Todo Estado tem algum conteúdo de bonapartismo, ou seja, tem alguma autonomia, é um ator enquanto Estado. Por pensar no Estado como ator é que acho que eles são weberianos. Eu teria dificuldade de dizer que eles são menos sociológicos porque, na perspectiva americana, eles são percebidos como sociólogos da política mesmo, porque têm uma visão muito diferente dos cientistas políticos. O objeto deles é muito mais recheado de História. A gente tem que pensar também no tempo, porque se você analisar o que Theda Skocpol está pesquisando hoje, vê que ela está fascinada pela sociedade civil. O que ela tem de interessante é essa preocupação de não ser só pes-

quisadora empírica. Ela insiste na idéia segundo a qual é possível formalizar a história. Mas de novo ela está mostrando que o Estado é a instituição importante para ela. Ela tem um debate sobre a noção de capital social com o Putnam, especialmente em seu último livro “*Bowling alone*”, em que trata da tendência, nos EUA, das pessoas serem cada vez mais solitárias e menos solidárias. Ela mostra que não é o ator individual, é a instituição mesma, que é importante. Para ela, não é verdade que a tendência ao associativismo esteja diminuindo; o que está acontecendo é que as oportunidades institucionais são menores. É curioso como ela volta à idéia de liderança, pois ela fala que falta uma liderança para isso. Ela começa a estudar a durabilidade de associações civis nos Estados Unidos. Por exemplo, quanto tempo dura uma associação universitária, por que deixa de existir como organização. A idéia dela não é que as pessoas não queiram se associar, mas às vezes elas têm menos oportunidades institucionais de se juntarem. Aí há uma preocupação com a institucionalização não do Estado ou da vida política, mas da vida social.

**P&S** – *Em relação aos chamados movimentos antiglobalização, como você vê a contribuição da disciplina? Estamos nos referindo especificamente à realização dos Fóruns Sociais 1 e 2, em Porto Alegre, que foram grandes momentos de reflexão e debate vindos, em grande medida, desses chamados movimentos antiglobalização ou por uma outra globalização, como alguns preferem dizer.*

**E. R.** – Não tem nada mais global do que um fórum dessa natureza. É por definição uma manifestação da globalização, não há como negar. Este não é um tema que eu tenha me preparado para refletir sistematicamente. Tenho impressões como cidadã, não como cientista social. Tenho dúvidas se o fórum é um grande momento de reflexão e debate. Tendo a vê-lo mais como uma manifestação expressiva. Acho que ele é uma manifestação expressiva global da maior importância, mas eu o estudaria mais como um fenômeno simbólico. É absolutamente inviável avançar com uma diversidade tão grande de interesses – não é nem disputa – que estão se mostrando. Uma coisa que não passa pela pauta de discussão é a escassez de recursos. Os recursos do globo são limitados e é impossível contemplar tudo ao mesmo

tempo da maneira que todo mundo quer. Então, a idéia de competição é inevitável, e o fórum nega isso. Mas acho que nega legitimamente, é quase uma institucionalização da utopia. Um grande momento em que a utopia passa a ser realçada nos dias de hoje e tem seu espaço. “Aqui é o espaço da utopia, nós estamos aqui para dizer que a utopia está viva e vai bem, obrigado”. Mas não vejo uma maneira de pensar como você convive com a escassez e a competição. Se para poder lidar com esses problemas você tem que pensar em hierarquia, em mecanismos de legitimação de interesses, o fórum não é o lugar, ele serve para outra coisa. Vejo o fórum mais ou menos como um Woodstock global. Um Woodstock que deve ser valorizado porque que é um Woodstock do bem, um Woodstock cívico. O outro também era do bem, mas esse é cívico. Ele tem uma idéia de espaço de celebração e, mais importante ainda, de virtudes públicas. Ele é a sacralização da República, a que nós todos temos direito. Isso é utopia, mas é uma utopia saudável.

**P&S** – *Então, no momento de pensar o Estado-nação por um lado e a globalização por outro, o Fórum poderia ser um bom objeto de estudo para a perspectiva da Sociologia Política.*

**E. R.** – Sem dúvida. Trata-se de pensar, por exemplo, como interesses tão diversificados e que, no limite, vão esbarrar uns nos outros, convivem num espaço simbólico. Acho que não têm como conviver num espaço não-simbólico. Uma coisa que eles trazem muito forte é a reivindicação do direito à diferença. Isso é um desafio muito grande para os Estados nacionais ou para qualquer foco de autoridade. Porque, até então, como temos entendido cidadania? Basicamente como universalização. Por isso que agora a noção acomoda não mais o universal, mas o particular. Isso é muito mais problemático do que tendemos a acreditar. De novo, porque a gente gosta da utopia. É problemático porque o mundo é desigual, quer dizer, em países em que se têm direitos mínimos assegurados, a demanda por diferença é quase um luxo; neles, os direitos já são universais e igualitários e portanto pode-se reivindicar a diferença. Mas como a maior parte das sociedades organizadas no mundo é desigual, tenho muito medo que o direito à

diferença consolide e aprofunde o monopólio. Que ao invés de ser um pacto de liberalização você acabe cristalizando e reforçando privilégios. Todo mundo é diferente, mas os diferentes que já têm direitos estão numa situação privilegiada.

**P&S** – *Seria uma espécie de institucionalização dos espaços da diferença e isso poderia consolidar determinadas desigualdades. Esse seria o risco de uma política de ação afirmativa? Porque há um artigo seu em que você parece apoiar esse tipo de ação.*

**E. R.** – Que bom que vocês viram isso, porque acho que sou profundamente ambígua sobre essa questão.

**P&S** – *Por quê?*

**E. R.** – Deixa eu tentar ser mais clara. Onde há desigualdade muito acentuada, institucionalizada, ainda que percebida como ilegítima, o risco da criação de nichos é muito grande. Vamos pensar a questão de gênero. Tenho muito medo que os novos espaços para o reconhecimento de direitos femininos, etc. terminem por criar privilégios. O que estou querendo dizer é que temo que estejamos atropelando a dimensão classe social, porque se numa sociedade muito desigual você começa a valorizar mais outras formas de estratificação, você condena a dimensão clássica, que é vital, ao esquecimento, e com isso você pode cristalizar privilégios. Na questão de gênero, fico imaginando que as mulheres estão muito bem representadas pela dinâmica dos movimentos sociais, nos fóruns de Porto Alegre e outros. Agora, os mecanismos pelos quais o nosso gênero terminou representado, não sei se são de fato os mais legítimos. O gênero feminino engloba também a questão classe. E não há dúvida que as mulheres de classes sociais superiores têm muito mais chance de efetivamente se fazer representar do que outras. Isso é um problema muito sério. Assim como o problema das Organizações Não-Governamentais. É uma coisa muito virtuosa, mas por que muitas vezes um ator internacional promove um grande evento para discutir discriminação feminina, por exemplo, e convida a ONG X para representar as mulheres brasileiras? Quem deu àquelas mulheres o direito de nos representar? Existe algu-



ma arbitrariedade em convidar a organização A, B ou C para representar as mulheres. Então, muitas vezes a gente acaba criando mecanismos que vão ser reforçadores ou criadores de novos monopólios de representação. Por quê? Porque a gente está descartando cedo demais a centralidade da noção de classe.

**P&S** – *Você poderia justificar mais essa sua afirmação de que classe social é vital demais, porque isso não é mais um consenso.*

**E. R.** – De fato, esse não é o único eixo que organiza a sociedade. Existem outros também da maior relevância. Mas não podemos esquecer que a reprodução material está fundada em classe. E ela é ainda muito central na maneira como as pessoas vêem as coisas. Posso pensar isso até através de pesquisa empírica. Estou me lembrando de um livro recente da Michelle Lamont, *The Dignity of the Working Class*. Ela compara operários de Nova Iorque e Paris, para discutir se ainda faz sentido pensar em termos de uma classe operária. Claro que em muitos momentos não tem. Por outro lado, você vê que quando ela compara o discurso dos operários em um e outro país com o discurso de outras categorias sociais, a classe ainda informa o jeito que eles olham para o mundo.

**P&S** – *Gostaríamos que você falasse um pouco da clivagem de classe que permeia essas novas formas de representação centradas na busca do reconhecimento da diferença. Como você disse há pouco, tratando da questão das mulheres, algo semelhante pode ser pensado em relação aos negros e a outras minorias?*

**E. R.** – Na verdade, ninguém até agora conseguiu colocar com muita clareza essa questão. Acho que de novo isso envolve a questão da igualdade e da diferença. Porque o Brasil é uma sociedade desigual. Mas quando a gente fala desigual, a gente está pensando igual/desigual, essa é a nossa posição. O que está sendo colocado atualmente é igual/diferente. Como você junta o diferente com o desigual? Esse é o nosso grande problema. É um tema que devemos trazer à tona, pois ele está submerso.

**P&S** – *Talvez essas identidades relativas a gêneros e etnias, por exemplo, estejam mais recobertas pela noção de diferença, enquanto a questão de classe está mais recoberta pela noção de desigualdade.*

**E. R.** – É exatamente isso. O que é problemático do ponto de vista cognitivo e sobretudo do ponto de vista de política pública. Quando você luta por igualdade, você tem uma bandeira comum. A força do universal é muito fascinante. No caso da Revolução Francesa, por exemplo, a idéia de igualdade se mostrou extremamente poderosa. O que tem de mais revolucionário na ideologia da Revolução Francesa é ela ser universal. Se você for defender particularidades para todo mundo, isso só pode ser bem-sucedido se for universal. Por isso que estou dizendo que se você abre mão precocemente da universalização, você pode transformar as diferenças em desigualdades.

**P&S** – *Agora talvez possa-se entender melhor o que você escreveu num artigo sobre os novos e velhos desafios da Sociologia Política, em que em determinado momento surpreende a indicação de alguns historiadores ingleses, Hobsbawn e Thompson, como estudiosos que potencialmente estariam contribuindo para a Sociologia Política. O foco dos estudos, principalmente de Thompson, está na discussão da noção de classe, da identidade de classe, de reconhecimento mútuo de membros de uma classe, de reconhecimento da diferença desses membros em relação a outros, inclusive tornando mais complexa a noção tradicional de classe do marxismo, como agentes distribuídos em seus locais de produção.*

**E. R.** – Vocês têm razão, isso pode ser visto assim e da perspectiva brasileira é bom que o seja. Agora, da maneira como me lembro, acho que ali eu estava expressando mais a disputa que existe entre a ciência social abstrata e formal, sobretudo americana, e a ciência social historicizada inglesa. Para mim, naquele momento, os historiadores ingleses aparecem como pessoas que trazem interesses empíricos à tona. Que dão conteúdo histórico à discussão. No contexto brasileiro, isso nunca foi um problema, nós sempre fomos muito historicistas. Então vocês têm toda razão, porque a maneira mais rica de inseri-los no nosso caldeirão cultural é pensar o que eles têm de não-ortodoxo em termos históricos. A história que a gente usava aqui tendia a ser a

história ortodoxa marxista. A riqueza de detalhes que a pesquisa histórica inglesa traz é muito saudável nesse sentido, pois dá vida a algumas categorias marxistas vistas muitas vezes de uma maneira muito estereotipada.

**P&S** – Poderíamos falar um pouco sobre a questão da Sociologia Política em associações científicas, como a Associação Internacional de Sociologia, que tem um comitê de Sociologia Política, do qual você é membro atuante. Quais os objetivos desse comitê?

**E. R.** – Esse comitê é muito ativo e para mim a grande atração dele é ser um grupo de trabalho (aliás o único) que junta IPSA (International Political Science Association) e ISA (International Sociological Association). Geralmente, você tem outras pessoas que individualmente podem se juntar a uma ou outra; eu mesma sou membro de outros grupos e associações. Mas o único espaço formal em que cientistas políticos e sociólogos são membros de fato é nesse comitê, tanto que ele tem até uma legislação específica. A lei é a mesma para todo mundo, mas a particularidade desse comitê está reconhecida. É preciso fazer ajustes. A ISA se reúne a cada quatro anos, a IPSA a cada três, então até pagamento de taxa e outras normas de pertencimento são ajustadas para caber nas duas associações. Isso é uma coisa muito interessante: ter em nível internacional duas disciplinas tão cristalizadas dispostas a colaborar. Os objetivos são muito vastos. Pelo estatuto, tudo o que a gente discutiu aqui cabe lá. Todo mundo que tiver interesse em estudar os aspectos sociológicos da política é muito bem-vindo. Tanto é assim que lá há uma série de comitês que não esgotam os interesses dos pesquisadores. Nas áreas de estudo estão Instituições Políticas, Poder e Violência, Clássicos da Sociologia Política, Teorias de Sociologia Política, Participação, Cultura, etc. Os grupos de trabalho ativos no momento são Partidos e Eleições – esse é um nicho tão específico que pode até vir a se transformar numa disciplina, porque basicamente o que interessa a esse grupo é o estudo de determinantes sociais do comportamento político. Depois tem outro sobre Fascismo e Autoritarismo – que naturalmente atrai muita gente, no caso da Europa, da Europa do Sul, por razões óbvias; Teoria, Lei e Estrutura –

onde tem espaço as pessoas de formação mais jurídica; Atitudes Políticas e Comportamento – com muitas pesquisas na área de cultura política, comportamento político, que pode ser qualquer coisa, inclusive pode englobar partidos. E os dois mais recentes são Democracia Contemporânea – discutindo os desafios da democracia, e aí entram aquelas coisas que estavam preocupando a gente, como movimentos sociais, do lado da Sociologia, e do lado da Ciência Política entram a consolidação democrática, transição para a democracia, temáticas que são mais afinadas com a Ciência Política e ao Terceiro Mundo. E o último grupo é O Estado entre a Globalização e o Localismo, que discute de que maneira o Estado nacional convive com a integração supranacional e a fragmentação. A gente aqui só falou do ponto de vista de interesses sociais organizados em movimentos, mas eles existem também em níveis administrativos; a tendência de descentralização política hoje é muito forte e muito valorizada. Entre esses dois pólos – um localista e outro global – trata-se de saber como o Estado nacional redefine sua área de atuação. Nesse grupo há um interesse maior na Europa que no Terceiro Mundo.

*P&S – Você disse que o interesse maior está na Europa e isso remete a uma outra questão. Como você compara o status que vem sendo dedicado à Sociologia Política nessas associações internacionais com o que se vê nas associações científicas no Brasil? Porque nas associações internacionais parece haver um interesse maior por esse campo do que nas associações científicas brasileiras. Você acha que é uma questão das associações científicas ou da própria academia?*

**E. R.** – Tenho a impressão que é da academia, porque as associações somos nós. O que sinto na academia brasileira é um interesse pequeno em razão de sermos muito voltados para problemas nacionais. Você pode ver isso como arrogância ou humildade. Muita gente acha que é humildade, que a gente tem complexo de inferioridade, então a gente publica pouco no exterior, não dialoga. Eu acho que não; acho que é uma certa arrogância. A gente pensa nas perspectivas do Brasil e isso esgota nosso horizonte. É um pouco a tendência de país muito grande, como os Estados Unidos e a Índia. No caso da academia americana, ela tem muito pouco interesse nas associações internacionais. As associações nacionais são

muito mais vigorosas. No caso da Índia, isso não é tão verdadeiro, mas de qualquer forma, como o Brasil, ela tende a olhar muito para si própria. Aqui, o tempo todo se está pensando na especificidade brasileira, nos nossos problemas. Toda sociedade é específica, mas na medida em que somos cientistas sociais e não historiadores, nosso assunto é descobrir o que temos em comum com os outros. Nós temos que abstrair a nossa singularidade. Mas isso é uma coisa difícil, um pouco por vocação continental e um pouco por pressão dos financiamentos específicos para coisas relevantes para nós. Por que coordeno um núcleo de estudo interdisciplinar sobre desigualdade e não um núcleo interdisciplinar de Sociologia Política? Porque o interesse num núcleo de Sociologia Política é muito remoto. E acho que está correto. Para alguém financiar o meu núcleo, tenho que mostrar por que ele é relevante para o Brasil. Acho também que a gente não deve aceitar as coisas quando elas vêm prontas. Quando vocês me convidam para vir aqui falar sobre Sociologia Política, fico muito estimulada a pensar nesse recorte. Por que não propor um recorte desse, se nós somos pessoas interessadas nisso, se isso nos une? Esse não é um enfoque legítimo? Portanto, temos que fazer a articulação entre as nossas definições acadêmicas mais abstratas e as mais aplicadas. Estou convencida que essa separação entre teórico e aplicado é falsa. É importante que a gente demonstre por que Sociologia Política não é diferente de desigualdade, o que junta essas duas áreas. Cabem nas nossas associações essas problemáticas. Dar o nome adequado a elas compete a nós. Quando tivermos que chamar de Sociologia Política, vamos chamar.

**P&S** – *Observa-se que normalmente os nossos vínculos com a América Latina são muito frágeis, por incrível que pareça. Como você vê essa perspectiva em termos de redes de pesquisa incluindo a América Latina e especialmente o Mercosul? Com a crise da Argentina talvez haja bastante receptividade para pensar algumas questões em conjunto.*

**E. R.** – Não sei. Acho que temos uma vocação continental, mas há alguma coisa a mais, provavelmente algumas limitações organizacionais, institucionais mesmo. É muito difícil o contato com a América Latina. Estudei no Chile, mas para mim é mais difícil interagir com a América Latina do que com a Europa e os

Estados Unidos, e eventualmente até com países asiáticos. Na Ásia, não todos os países, mas Coréia, Japão, Índia têm alguma institucionalização que facilita a comunicação. Eu penso na ISA e na IPSA que poderiam agrupar, mas a participação da América Latina é precária. Tanto em uma quanto em outra. Há pessoas muito capazes, mas por razões institucionais e por questões de financiamento também, a *membership* persistente dessas associações é precária. São poucos os países latino-americanos que têm uma participação continuada nessas organizações e, quando têm, o número de participantes é muito pequeno. Coordeno uma pesquisa em seis países e quis muito incluir a América Latina. É uma pesquisa sobre a elite e a percepções de desigualdade da elite na África do Sul, Bangladesh, Filipinas, Índia, Haiti e Brasil. Tentei muito incluir Bolívia, Peru, Argentina, Chile. Fiz contatos com pessoas que conheço, pois tenho ex-alunos nesses lugares, mas não houve possibilidade. Alguma coisa torna talvez a vida institucional muito difícil. O fato é que o Brasil e México têm uma vantagem comparada extraordinária em relação à América Latina. Eles têm pós-graduação consolidada e volume de pesquisadores. A Argentina formou muita gente, mas desde os anos 70 está expulsando pesquisadores. Acho que o Brasil tem uma vantagem comparada e, nesse sentido, tem uma missão no continente. Penso, por exemplo, no Chile que, nos anos 60, cumpriu essa função de estimular um pensamento latino-americano, basicamente porque as organizações internacionais se instalaram lá. Há uma dimensão prática e material que é muito importante. O fato de ter financiamento e juntar massa crítica possibilitou ao Chile fazer isso. Naquele momento, o Brasil era mais isolado pela língua e pela vocação continental. Mas o Chile conseguiu criar um padrão de interação com o restante da América que foi muito saudável. Infelizmente, o que veio depois desfez muito do que tinha sido feito. O Brasil hoje poderia cumprir essa função. Mas temos que ser empresários de nós mesmos, temos que convencer as fontes de financiamento brasileiras e estrangeiras. É uma coisa que tentei e continuo tentando muito. Gostaria muito de ver instituído um prêmio para pesquisa comparada, alguma coisa que nos levasse a nos ver mais como parte da América Latina. O Mercosul cria essa possibilidade, sobretudo no sul do país. E

aí a idéia de novo da Geografia. A proximidade torna isso mais viável. Mas através das nossas agências e associações – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) – nós poderíamos ser mais ativos.

**P&S** – *E quais seriam as temáticas férteis nesse campo? Você já falou da desigualdade como especialmente fértil na realidade brasileira.*

**E. R.** – Acho que desigualdade é ainda um foco muito geral. Como a gente estuda a desigualdade? Tem *n* maneiras. Quase tudo o que cabe na temática da desigualdade é objeto legítimo da Sociologia Política. Porque quando falo em desigualdade, tenho uma referência: igualdade. Impossível definir desigualdade sem uma referência, um ideal de igualdade. Essa é uma noção relacional. Se sou desigual, o sou em relação ao outro e, portanto, eu e o outro fazemos parte de alguma coletividade. Esse é o âmbito da Sociologia Política. Quando estudo desigualdade, estou me referindo a alguma comunalidade de interesses. Se eu e você somos desiguais, o somos em relação a algum padrão a que ambos estamos submetidos. Esse padrão é da comunidade. Nós co-participamos de alguma coisa. E dentro dessa esfera relacional, cabe estudar gênero, etnia e classe. Tudo isso são formas de hierarquização de uma coletividade. A Sociologia brasileira – a Ciência Política também – tende a ignorar isso. No ano passado, organizei uma série de conferências sobre desigualdade na UFRJ, no âmbito da Coordenação Permanente de Estudos Avançados (COPEA) e me dei conta que era muito mais fácil recrutar economistas do que sociólogos e cientistas políticos. Isto é, o maior número de pessoas trabalhando com essa noção está na área de Economia. Entre cientistas políticos, sociólogos ou antropólogos há muitas vezes uma tendência a confundir pobreza com desigualdade. Essa dimensão relacional tem sido um pouco descuidada. As pessoas muitas vezes têm dados, têm pesquisa que lhes permitiriam incorporá-la, mas a idéia de explorar a dimensão desigualdade não tem recebido muita atenção. Mas estudos so-

bre grupos “desprivilegiados” temos muitos. O que falta é relacionar esses grupos excluídos com o padrão de inclusão.

**P&S** – *Então cidadania é o grande padrão de inclusão, ainda mais em países como o Brasil, onde grande parcela da população – pensando no esquema do Marshall de evolução das fases da cidadania – sequer pode contar com a garantia dos direitos civis. Você sugere que é cada vez mais relevante a discussão da desigualdade no âmbito do Estado-nação, no caso brasileiro. Não sabemos como seria em países como os Estados Unidos; talvez, como você falou, eles possam se dar ao luxo de reivindicar outras formas de inclusão...*

**E. R.** – A gente às vezes se confunde um pouco. Por exemplo, a questão do gênero não é uma questão nova, no seguinte sentido: a expansão dos direitos universais de cidadania às mulheres não é um movimento diferente da tendência secular de expansão da cidadania. A cidadania começou restrita e foi se ampliando gradualmente. A idéia de incluir gênero é ainda parte da mesma trajetória expansiva e, nesse sentido, é parte do mesmo movimento universalizante. A questão da diferença vem com etnia, religião, cor, alguma coisa que você não possa considerar como expansiva, que é garantida para uma parcela restrita da população.

**P&S** – *Voltando a questões substantivas ligadas ao seu trabalho, parece que há dois temas muito presentes: o Estado-nação e a relação do Estado-nação com a ideologia autoritária. São interessantes esses debates sobre ideologia, tanto mais porque durante algum tempo circulou a tese do fim das ideologias, e parece que isso teria se consolidado com a desintegração do império soviético. Em que medida o conceito de ideologia tem validade heurística na atualidade, e em que medida esse conceito pode ser útil para entender a realidade brasileira do ponto de vista da Sociologia Política? A ideologia autoritária, que você estuda, ainda hoje tem eficácia para organizar práticas e instituições na vida brasileira?*

**E. R.** – Isso depende muito de como você define ideologia. Aquele sentido de embuste deliberado, mistificação, isso creio que é pouco fértil. Mas, se você entende ideologia como visão de mundo, cultura, cultura política, no caso, acho que o conceito ajuda a explorar aspectos interessantes. Muitas das formulações



ideológicas desenvolvimentistas parecem ter caducado, mas você tem outras idéias, outras formas culturais que continuam animando o planeta. Algumas delas discutimos aqui; a afirmação da cidadania, o fortalecimento da sociedade civil, são ideologias, idéias que movem o mundo, que mobilizam as pessoas. Com relação à ideologia autoritária, como tudo o mais na cultura, não há fim nem começo. Há hibridismo. Se tivemos na nossa trajetória uma gênese autoritária, isso vai pesar de alguma forma. O que me desagrada profundamente é as pessoas usarem a gênese autoritária como uma marca original que se reproduz *ad eternum*, que é uma outra forma de ser determinista. Disso eu discordo totalmente. Mesmo porque se não discordar vou desistir de ser cientista social. Se as coisas estão dadas, o que vamos fazer? E é uma coisa muito forte. Entre os leigos, até admito, mas mesmo nós tendemos, em última análise, a acreditar que a nossa colonização portuguesa explica tudo. Estudando desigualdade, é o que mais ouço, de leigos e especialistas. Em última análise, tem uma fórmula que diz que nós não somos responsáveis porque herdamos isso. Sou individualista metodologicamente porque estou convencida que as pessoas escolhem. Claro que nós escolhemos com esse passado todo pesando. Então, quando comparo cultura política brasileira e francesa, alemã, etc., claro que tem diferença. Até mesmo considerando que estamos mudando em termos de cultura política, com tudo que entrou no Brasil de privatização, anti-estatismo, ainda temos uma percepção do Estado como responsável. Aqui, isto é muito mais forte do que em outras sociedades. A nossa idéia de quem deve fazer alguma coisa para resolver a situação é o Estado. Ou seja, o peso do passado não pode ser jogado fora. Mas o uso que vai ser feito disso compete a nós. Não acho que o autoritarismo está prestes a voltar, não acho que é uma possibilidade realista a curto prazo, mas também não posso dizer que nunca mais teremos governos autoritários. Isso vai depender muito das nossas escolhas aqui e agora. O nosso aqui-e-agora e o das gerações futuras.